

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.038.496 - SP (2016/0335346-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : OLIVIA DA SILVA BARBOSA
ADVOGADO : JOSE LUIZ APARECIDO VIDAL E OUTRO(S) - SP327707
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI E OUTRO(S) - SP122626

DECISÃO

Trata-se de agravo desafiando decisão que inadmitiu recurso especial, este interposto por OLIVIA DA SILVA BARBOSA, com base no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Cédula de Crédito Bancário - Crédito Pessoal (hipoteca/alienação fiduciária de bens imóveis) - ação revisional c.c. consignação em pagamento e repetição de indébito - Intempestividade da contestação reconhecida, porém, sem aplicação dos efeitos da revelia, considerando que a matéria discutida é exclusivamente de direito - Inocorrência de cerceamento de defesa em razão do julgamento antecipado da lide - Inexistência de abusividade dos juros remuneratórios (súmula 596 do STF, Recursos Especiais processados pelo rito do artigo 543-C do CPC) - Inexistência de juros capitalizados ante a incidência de encargos pré-fixados, com indicação da taxa de juros e a quantidade de prestações a serem pagas - Ainda que assim não fosse, válida é a cobrança da capitalização mensal de juros nos contratos celebrados após a MP nº 1963-17/2000, atual MP nº 2.170-36/2001 (Recurso Especial processado pelo rito do artigo 543-C do CPC), cuja constitucionalidade foi reconhecida por órgão fracionado do Poder Judiciário - Possibilidade de cobrança de comissão de permanência, observada a taxa média de mercado, limitada à taxa do contrato e vedada a cobrança superior à soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos na avença, decotada, ainda, a incidência cumulativa de juros e multa moratórios - Não havendo demonstração de cobrança de quaisquer quantias indevidas, seja no período da normalidade contratual ou no período de inadimplência, tem-se como regular o procedimento extrajudicial, realizado em conformidade com a Lei nº 9.514/97 - Tema da avaliação do valor do bem para fins de alienação em praça/leilão público que extrapola os limites da lide. Ação parcialmente procedente.

Sucumbência mínima do réu. Recurso parcialmente provido." (fl. 233)

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

A agravante alega violação aos arts. 6º, VIII, do CDC, 462, 683, II e III, do Código de Processo Civil/1973, bem como divergência jurisprudencial, asseverando isto: (I) o Juízo singular não se pronunciou acerca da reavaliação do imóvel objeto da alienação fiduciária, cuja produção da prova foi requerida; (II) *"Em razão do fato superveniente (valorização do imóvel da Recorrente) ocorrido no curso da demanda, a situação fática foi alterada, de modo que o imóvel objeto da lide sofreu valorização em relação ao tempo do contrato de crédito, o que não sendo apreciado o requerimento da Recorrente viola os termos do art. 683, II e III, do CPC, o que acarretará enormes prejuízos a Recorrente, pois, numa eventual e remota hipótese do imóvel objeto da garantia fiduciária seja levado a leilão e seja arrematado por valor insuficiente ao seu correspondente valor de mercado"* (fl. 260); (III) é assegurado ao hipossuficiente a facilitação de sua defesa com a inversão do ônus da prova.

É o relatório. Decido.

Quanto à alegada violação dos arts. 6º, VIII, do CDC, 683, II e III, do Código de Processo Civil/1973, verifica-se que o conteúdo normativo dos dispositivos invocados no apelo nobre não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT,

Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA
TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)

Quanto ao mais, observa-se que o eg. Tribunal de origem, a despeito da oposição dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 246/248), não analisou a questão sob o enfoque do referido art. 462, do Código de Processo Civil de 1973, mantendo o que fora decidido no acórdão (e-STJ, fls. 250/254).

Ressalta-se que esta eg. Corte de Justiça consagra orientação no sentido da necessidade de prequestionamento dos temas ventilados no recurso especial, não sendo suficiente a simples invocação da matéria na petição de embargos de declaração. Caberia à recorrente, na hipótese, alegar violação ao art. 535 do CPC/73, demonstrando em que pontos o acórdão do Tribunal estadual merecia ser integrado, providência, todavia, da qual não se incumbiu.

Incide, pois, na espécie, a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC - DESPROVIMENTO.

I - Não enseja interposição de Recurso Especial matéria que não tenha sido ventilada no v. aresto atacado e sobre a qual, embora tenham sido opostos os embargos declaratórios competentes, o órgão julgador não se pronunciou e a parte interessada não alegou ofensa ao art. 535 do CPC, incidindo, na hipótese, o verbete sumular n. 211 do STJ.

II - Agravo Regimental desprovido."

(AgRg no REsp 881.416/RS, Relator o Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, QUARTA TURMA, DJ de 5/3/2007)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator